

Ulysses apóia plebiscito amplo

Josemar Gonçalves

Rio — Ao participar ontem da solenidade de inauguração do novo prédio da Dataprev, em Botafogo, o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que, se os parlamentares optarem pela realização de uma consulta plebiscitária, esta deverá ser realizada sobre o conjunto da nova Constituição e não a respeito de um tema isoladamente. Após lembrar que a maioria dos países procederam dessa maneira — "isto ocorreu na França e na Espanha, por exemplo" — Ulysses disse que seria impraticável a realização de um plebiscito sobre temas específicos porque cada proposta constitucional encerra muitas variantes.

"Ora, existem cerca de dez tipos de parlamentarismo. Como definir isso por intermédio de uma consulta plebiscitária. Acho, entretanto, que a proposta de se realizar um plebiscito deve ser debatida e decidida pelos constituintes", acrescentou.

Se depender do PMDB, assegurou Ulysses, o Brasil não irá ao Fundo Monetário Internacional. Segundo o presidente do PMDB, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira está tentando um acordo com os bancos credores sem a tutela do FMI. Depois de afirmar que Bresser Pereira apresentou um plano destinado a retirar a economia do caos, "para aonde caminhava", Ulysses reproduziu parte de sua conversa com o Ministro na quarta-feira, em Brasília.

Novo mínimo

Ulysses anunciou que o presidente José Sarney, em breve, enviará mensagem ao Congresso Nacional desindexando o salário mínimo, a fim de que seu valor possa ser corrigido sem a elevação automática dos níveis salariais de várias categorias. Disse também ter discutido a possibilidade de o pagamento do resíduo inflacionário ser antecipado. "Levamos sugestões para aperfeiçoar o Plano Bresser no campo social", resumiu.

O deputado Ulysses Guimarães está confiando na permanência do partido dos integrantes da esquerda agrupados no MUP (Movimento de Unidade Progressista). O presidente do PMDB disse ter conversado com os parlamentares desse grupo, aos quais declarou ser importante para o partido o confronto de idéias divergentes.

Não é intenção de Ulysses se reunir com o grupo suprapartidário que discute os pontos polêmicos da Assembleia Constituinte. Ele revelou que vai tentar o entendimento através das lideranças. Ulysses disse estar esperando que se corporifiquem as idéias que pretende inserir no substitutivo. "Depois vamos debatê-la no âmbito do PMDB e, em seguida, na condição de presidente da Constituinte, levá-las aos demais partidos", finalizou.

Agassiz nega a falsificação de assinatura

O deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) ocupou a tribuna da Constituinte ontem para se defender das acusações que pesam contra ele de ter falsificado as assinaturas do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e dos deputados José Maranhão, João Agripino e Antônio Mariz também do PMDB da Paraíba, as quais obter cargos na administração do Inamps em seu Estado.

Agassiz Almeida fez sua defesa por uma deferência do presidente em exercício da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), logo após o deputado Nilson Gibson, pedir que fosse tomada alguma providência a respeito das denúncias, consideradas "gravíssimas e que denigrem a Casa". De acordo com Agassiz Almeida, as denúncias não passam de calúnias.

Foi o único tema que agitou o plenário ontem, onde, como sempre, foram tratados assuntos conjunturais e avaliações gerais sobre o projeto de Constituição. O deputado Nelson Seixas (PDT-SP) pediu que a nova Constituição permita a integração do deficiente físico. Antônio de Jesus (PMDB-GO) vai propor mais um artigo no projeto: "que toda a escola de 2º grau tenha uma cadeira específica para tratar da Constituição brasileira".



Para Arinos, as polêmicas seriam decididas por consenso

Arinos quer criar grupos de consenso

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), defendeu ontem a formação de grupos de consenso ideológico para a votação dos pontos polêmicos da Constituinte. Afirmou ser essa a única maneira de contornar a atual crise que põe em risco, principalmente, a unidade do PMDB. Por isso, acredita que os líderes deverão deixar os constituintes votarem "as questões dogmáticas de acordo com os seus princípios".

O assunto foi discutido durante o jantar de anteontem à noite na residência do deputado Ulysses Guimarães. Estiveram presentes os líderes do PMDB na Câmara, Luiz Henrique; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; e na Constituinte, Mário Covas, além do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral; do deputado Nelson Jobim e do jurista Miguel Reale Júnior.

O senador argumenta que existe no momento um processo "de participação com representação", que está sendo prejudicado pela emocionalidade. Explica que a representação é a eleição legítima, pelo voto direto, "como foi em 86", acrescentando que a participação é uma consequência natural desse processo. Ele considera, no entan-

to, que a organização de grupos populares está no momento muito emocional o que faz com que a peça mais importante do processo — a representação — fique esquecida. "A única maneira de fortalecer a representação é evitar o confronto partidário nas questões não programáticas".

Anistia

No jantar foram discutidos diversos temas. Segundo o presidente da Comissão de Sistematização o maior consenso foi a rejeição de anistia como está no Projeto Constitucional. Na pauta foram avaliadas as posturas adotadas pelos militares em relação aos temas constitucionais. Arinos afirmou que o grupo teve oportunidade de analisar anteontem um documento "mostrando a inviabilidade econômica da anistia".

Pessoalmente, o senador Afonso Arinos acredita que a anistia não precisa constar, da maneira que está, no Projeto. "Precisamos somente garantir o princípio".

Como o tempo não foi suficiente para a discussão de todos os temas polêmicos — reforma agrária e mandato do presidente Sarney, por exemplo — o grupo já marcou para o dia 10 de agosto uma nova reunião, que poderá contar com a adesão de outros parlamentares.

Detector para as galerias

Por medida de segurança, a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte mandou instalar na entrada que dá acesso às galerias da Câmara dos Deputados, um detector de metais. O aparelho, igual aos que estão instalados nos aeroportos, é capaz de detectar até uma chave dentro de uma bolsa. Toda pessoa que for para as galerias terá que passar pela porta, onde se localiza o detector.

Antes de passar pelo aparelho, no entanto, o visitante que for assistir às sessões da Constituinte tem que passar por uma revista com a segurança da Câmara. Nessa revista, são deixadas pastas e bolsas de mão. Depois desse procedimento os visitantes, em fila, vão passando pela porta onde está instalado o detector de metais.

Do lado oposto da porta, outros dois seguranças são encarregados de dar mais uma

revista no visitante, caso o aparelho acuse o porte de algum metal. Segundo o secretário geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins Oliveira, a medida visa garantir a segurança dos Constituintes e dos próprios visitantes que forem às galerias.

Cartilha

Há poucos dias a Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Fenen) divulgou uma cartilha aconselhando as entidades a ela filiadas, que ocupassem as galerias da Câmara com «tropas». O objetivo, segundo essa cartilha, que mereceu repúdio de vários parlamentares, era pressionar os constituintes a votarem as propostas do interesse da entidade. E para isso valia tudo, segundo a cartilha, desde «empurrões e constrangimentos a agressões físicas e tudo o mais».

Cabral acata mais de um substitutivo

Todos os constituintes — e não apenas os membros da Comissão de Sistematização — vão poder emendar o substitutivo do relator Bernardo Cabral, enquanto estiver sendo discutido no âmbito da comissão. Cabral vai apresentar o substitutivo no período entre 14 e 23 de agosto de já decidiu que será uma projeto substitutivo.

A decisão de admitir emendas de todos os constituintes foi do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, não somente concordou, como elogiou a medida, mas Arinos fez um apelo aos constituintes. Lembrou que as emendas que estão sendo apresentadas neste momento (emendas de plenário) vão poder ser votadas em separado, mediante pedidos de destaque. "Portanto — disse o senador —, não há necessidade de que essas mesmas emendas sejam apresentadas de novo dentro da Comissão de Sistematização. Isso vai nos permitir economizar tempo e papel".

Até ontem à tarde já haviam sido apresentadas 1.675 emendas de plenário, além de 14 emendas populares. Mas o prazo vai até o próximo dia 13 e esse número deve crescer bastante.

O calendário distribuído ontem pelo senador Afonso Arinos, com base nas decisões de Ulysses Guimarães, prevê que Bernardo Cabral vai elaborar o seu substitutivo no prazo entre 14 e 23 de agosto. No dia 24 de agosto o substitutivo será publicado e distribuído aos constituintes.

O prazo para discussão do substitutivo no âmbito da Comissão de Sistematização vai de 25 a 30 de agosto. É possível que, dentro desse período, a comissão realize três sessões diárias de trabalho, todos os dias. Todos os constituintes terão participação assegurada e, por isso, as sessões serão no plenário da Constituinte.

Orador popular

Uma novidade adotada agora: será admitido um orador popular (não constituinte) para falar, durante 20 minutos, em defesa da emenda popular apresentada pelo grupo que ele representa. Esse orador poderá ser apertado e serão permitidos os debates entre ele e os constituintes. O relator, Bernardo Cabral disporá de meia hora para dialogar com esse orador popular.

Qualquer constituinte — e não somente os membros da Comissão de Sistematização — poderá inscrever-se para falar. O senador Afonso Arinos entende que, assim, as reuniões da Comissão de Sistematização vão ser mais democratizadas.

Findo o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator, este ganhará um prazo (de 31 de agosto a 7 de setembro) para examinar tais emendas e dar parecer sobre elas. No dia 8 de setembro esse parecer do relator sobre as emendas será publicado e distribuído aos constituintes. No dia 10 de setembro, das 9 às 18 horas, os constituintes que quiserem obter a votação em separado de emendas apresentadas poderão requerer o destaque.

A votação em plenário (na Comissão de Sistematização) vai começar às 8 horas da noite do dia 11 de setembro.

Constituinte tem sessão no fim de semana

Embora com um pequeno número de parlamentares-constituintes em Brasília, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte prosseguem neste final de semana com a realização de duas sessões para debates do projeto constitucional, já que pelo regimento serão realizadas 40 sessões para debate da matéria. Essas sessões são realizadas diariamente, inclusive aos sábados e domingos.

Tanto a sessão de hoje, como a de amanhã deverão iniciar-se por volta das 9h00, com término previsto para as 13h00. Para que as sessões sejam abertas é necessária a presença de 58 constituintes nas dependências do Congresso Nacional.